**ACUERDO BILATERAL**

**ACUERDO DE COOPERACION ACADEMICA (MoU)**

|  |  |
| --- | --- |
| **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA entre a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, no interesse da FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, Brasil, e o(a) ..................... (nome oficial e completo da Instituição Estrangeira), ......... País ....., que visa à cooperação acadêmica entre as partes.** | **ACUERDO DE COOPERACIÓN entre la UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Brasil, por interés de FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, Brasil y la .....................(nombre oficial y completo de la INSTITUCIÓN EXTRANJERA)........, ...País..., que tiene como objetivo la cooperación académica entre las partes.** |
| **A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, no interesse da **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAUUSP),** estabelecida na Rua do Lago, 876, Butantã – São Paulo – São Paulo, Brasil, representada por seu Diretor, Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira e o(a) .......................... **(nome oficial e completo da Instituição Estrangeira)**,representada por seu(sua) Reitor(a) ou Presidente, ou Vice-Chancellor, ou outro cargo que couber, ..................... (nome completo do dirigente da parte estrangeira), no interesse da ……........................... **(nome oficial e completo da Unidade de Ensino da parte estrangeira, se for o caso)**, representada por seu(sua) Diretor(a) ….................… (nome completo do dirigente da Unidade de Ensino da parte estrangeira), estabelecida no(a) ............................... (endereço completo da Instituição Estrangeira), cientes de que a cooperação entre ambas as instituições promoverá o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas e culturais, resolvem celebrar o seguinte acordo de cooperação (MoU). | La **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por interés de **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAUUSP)**, establecida en la Rua do Lago, n. 876, Butantã, cidade de São Paulo, Brasil, representada por su Director, Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira, y la **..........(nombre oficial y completo de la Institución Extranjera)**, representada por su(suya) ………(Rector(a)/Presidente(a)/Vice-Chancellor) ………(nombre del(de la) (Rector(a)/Presidente(a)/Vice-Chancellor), por interés de **…........(nombre oficial y completo de la Escuela de la institución extranjera)**, representada por su (suya) Director(a) …………… …(nombre completo del Director de la Escuela de la institución extranjera), establecida en...............................(dirección completa de la Escuela de la Institución Extranjera), conscientes de que la cooperación entre ambas instituciones promoverá el desarrollo de investigaciones y otras actividades académicas y culturales, deciden celebrar el siguiente acuerdo de cooperación. |
| **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**  A FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA Universidade de São Paulo (FAUUSP) e o(a) ............................................. (nome completo da Instituição Estrangeira) concordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, nas áreas de mútuo interesse (Arquitetura, Urbanismo e Design), por meio de:  1 - intercâmbio de docentes e pesquisadores;  2 - intercâmbio de estudantes;  3 - intercâmbio de membros da equipe técnico-administrativa;  4 - elaboração conjunta de projetos de pesquisa;  5 - organização conjunta de eventos científicos e culturais;  6 - cursos e disciplinas compartilhados.  7 - intercâmbio de informações e publicações acadêmicas; | **CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO**  La FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO de la UniversidadE de São Paulo y la .................(nombre completo de la InstituCIÓN EXtranJEra) ............................ concuerdan en promover la cooperación académica entre ambas instituciones, en áreas de mutuo interés (Arquitectura, urbanismo y diseño) , por medio de:  1. intercambio de docentes e investigadores;  2. intercambio de estudiantes;  3. intercambio de miembros del equipo técnico-administrativo;  4. elaboración conjunta de proyectos de investigación;  5. organización conjunta de eventos científicos y culturales;  6. cursos y asignaturas compartidas.  7. intercambio de informaciones y publicaciones académicas; |
| **CLÁUSULA SEGUNDA - IMPLEMENTAÇÃO**  2.1 Excetuando os casos de intercâmbio de docente, pesquisador, estudantes (graduação e pós-graduação) e de membros da equipe técnico-administrativa, as partes deverão elaborar um **Plano de Trabalho** que fará parte integrante desse documento como “ANEXO 1”, descrevendo as atividades de cooperação a serem feitas durante a vigência do acordo.  2.2 Para a implementação dos demais casos específicos de cooperação, ambas as instituições deverão preparar um programa de trabalho relativo às formas, aos meios e às responsabilidades, que será objeto de um Convênio específico, a ser firmado entre as partes interessadas. | **CLÁUSULA SEGUNDA - IMPLEMENTACIÓN**  2.1 Con excepción del intercambio de personal docente/docente e investigadores, estudiantes de posgrado y personal técnico y administrativo, las partes deberán elaborar un **Plan de Trabajo** que formará parte integral de este documento como “ANEXO 1”, describiendo las actividades de cooperación a ser realizadas durante la vigencia del contrato.  2.2 A los efectos de la implementación de los demás casos específicos de cooperación, ambas instituciones prepararán un programa de trabajo que describa las formas, los medios y las respectivas responsabilidades, el cual será objeto de un Acuerdo Específico, a ser ejecutado por las partes interesadas. |
| **CLÁUSULA TERCEIRA - FINANCIAMENTO**  3.1 Cada instituição deverá envidar todos os esforços para o levantamento de fundos provenientes de fontes internas ou externas, a fim de tornar possível a realização dos programas de cooperação.  3.2 A existência do acordo não implica compromisso de suporte financeiro por conta das instituições. | **CLÁUSULA TERCERA - FINANCIACIÓN**  3.1 Cada institución deberá realizar sus mayores esfuerzos para la recaudación de fondos provenientes de fuentes internas o externas, con el objetivo de hacer posible la realización de los programas de cooperación.  3.2 La existencia de este MoU no implicará ninguna obligación de las instituciones de proporcionar apoyo financiero. |
| CLÁUSULA QUARTA - EXIGÊNCIAS Os docentes, pesquisadores e estudantes participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Acordo, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora, e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para a sua permanência no exterior. | **CLÁUSULA CUARTA - EXIGENCIAS**  Los docentes, investigadores y estudiantes participantes de los programas de cooperación, según los términos de este Acuerdo, seguirán las exigencias de inmigración del país de la institución receptora, y deberán contratar un seguro internacional de cobertura médico-hospitalaria para su permanencia en el exterior. |
| CLÁUSULA QUINTA – TAXAS ACADÊMICAS Os estudantes envolvidos em intercâmbios deverão pagar as taxas acadêmicas, quando existentes, em sua instituição de origem. | **CLÁUSULA QUINTA – TASAS ACADÉMICAS**  Los estudiantes participantes en intercambios deberán pagar las tasas académicas, cuando éstas existan, en su institución de origen. |
| **CLÁUSULA SEXTA –** **DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**  6.1 Cada Parte deverá possuir sua própria Propriedade Intelectual (PI), gerada por seu corpo docente, estudantil e de agentes, sob este Acordo de Cooperação. Considerando que este Acordo de Cooperação é relevante para o avanço da ciência e para a geração do conhecimento, as partes concordam em fornecer licenças mútuas não onerosas para a utilização da PI para fins não comerciais nas atividades acadêmicas das instituições.  6.2 Caso as duas Partes sejam responsáveis pela geração conjunta de PI, a propriedade dessa PI será compartilhada, de acordo com a contribuição na invenção feita por cada uma das Partes, mediante a elaboração de um Convênio específico.  6.3 Se essa PI for passível de exploração comercial, nenhuma das Partes poderá explorá-la sem o consentimento da outra e o fará em termos a serem definidos por meio de um Convênio específico. | CLÁUSULA SEXTA – DERECHOS DE PROPIEDAD INTECTUAL 6.1 Cada Parte deberá poseer su propia Propiedad Intelectual (PI), generada por su cuerpo docente, estudiantil y de agentes, bajo este Acuerdo de Cooperación. Considerando que este Acuerdo de Cooperación es relevante para el avance de la ciencia y para la generación del conocimiento, las partes están de acuerdo en fornecer licencias mutuas no onerosas para la utilización de la PI para fines no comerciales en las actividades académicas de las instituciones.  6.2 En el caso de que ambas las partes sean responsables por la generación conjunta de PI, la propiedad de esa PI será compartida, de acuerdo con la contribución en la invención hecha por cada una de las Partes, mediante a la elaboración de un Convenio específico.  6.3 Si esa PI es pasible de explotación comercial, ninguna de las Partes podrá explotarla sin el consentimiento de la otra y lo hará en términos que sean definidos por medio de un Convenio específico. |
| **CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**  7.1 As duas Partes publicarão em conjunto os resultados originados desta cooperação, de acordo com a prática acadêmica usual. No caso de publicação a ser feita por uma das Partes, ela solicitará o consentimento por escrito da outra Parte, com antecedência de 30 dias. Caso não ocorra o consentimento no prazo estipulado, entender-se-á como autorizada a publicação.  7.2 Ambas as Partes terão a liberdade de utilizar quaisquer informações científicas e técnicas, criadas ou transferidas durante as atividades acadêmicas colaborativas descritas na Cláusula Primeira, para os objetivos de seus projetos de pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, qualquer utilização pelas Partes de informações originadas das experiências da outra Parte, com objetivo de pesquisa e desenvolvimento, estará sujeita a um convênio específico em separado. | **CLÁUSULA SÉPTIMA - PUBLICACIÓN**  7.1 Las dos Partes publicarán en conjunto los resultados originados de esa cooperación, de acuerdo con la práctica académica usual. En el caso de la publicación que se hará por cualquiera de las Partes, una de ellas solicitará el consentimiento por escrito de la otra, con antecedencia de 30 días. En caso de que no ocurra el consentimiento en el plazo estipulado, se entenderá como autorizada la publicación.  7.2 Ambas las Partes tendrán la libertad de utilizar cualquieras informaciones científicas y técnicas, creadas o transferidas durante las actividades académicas colaborativas descritas en la Cláusula Primera, para los objetivos de sus proyectos de investigación y desarrollo. Sin embargo, cualquier utilización por las Partes de informaciones originadas de las experiencias de la otra Parte con objetivo de investigación y desarrollo, estará sujeta a un convenio específico por separado. |
| **CLÁUSULA OITAVA – CONFIDENCIALIDADE**  8.1 Este Acordo e todos os documentos e informações fornecidos por uma Parte a outra, sob ou em conexão com a negociação deste Acordo, ou qualquer compromisso contratual subsequente serão tratados com confidencialidade (Informação Confidencial). A Informação Confidencial não poderá ser utilizada a não ser para os objetivos aos quais ela foi disponibilizada e não poderá ser revelada para nenhuma outra pessoa sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.  8.2 Nenhuma das Partes cometerá infração pela obrigação de manter a confidencialidade da informação ou de não revelá-la a qualquer outra parte na medida em que a Informação Confidencial:  i. seja conhecida da Parte que a divulga antes de seu recebimento, e se ela não estiver sujeita a qualquer obrigação de confidencialidade pela outra Parte; ou    ii. seja ou se torne conhecida publicamente sem a violação deste Acordo ou de qualquer outro compromisso de confidencialidade; ou  iii. tenha sido obtida pela Parte que a divulgue, de uma terceira Parte, em circunstâncias em que ela não tenha razões para crer que tenha havido violação da obrigação de confidencialidade; ou  iv. tenha sido desenvolvida, de forma independente, pela Parte que a divulgue; ou  v. seja revelada em conformidade com alguma lei, regulamento ou ordem de qualquer órgão judicial, de jurisdição competente, e que a Parte que tenha sido requisitada a fazer a revelação tenha informado a outra Parte, a quem pertença a Informação, dentro de um período razoável, depois de ter recebido a solicitação para essa revelação e qual a informação solicitada; ou  vi. seja aprovada para divulgação, por escrito, por um representante autorizado da Parte a quem ela pertença.  8.3 Na execução deste Acordo de Cooperação, ambas as partes deverão observar a legislação e os regulamentos de seus respectivos países. | **CLÁUSULA OCTAVA – CONFIDENCIALIDAD**  8.1 Este acuerdo y todos los documentos e informaciones fornecidos por una Parte a la otra, bajo o en conexión con la negociación de este Acuerdo, o cualquier compromiso contractual subsiguiente serán tratados con confidencialidad (Información Confidencial). La Información Confidencial no podrá ser utilizada a no ser para los objetivos a los cuales ha sido proveída y no podrá ser revelada para ninguna otra persona sin el consentimiento previo, por escrito, de la otra parte.  8.2 Ninguna de las Partes cometerá infracción por la obligación de mantener la confidencialidad de la información o de no revelarla a cualquier otra parte en la medida en que la Información Confidencial:   1. sea conocida por la Parte que la divulga antes de su recibimiento, y si no está sujeta a cualquier obligación de confidencialidad por la otra Parte; o 2. sea o se vuelva conocida públicamente sin la violación de este Acuerdo o de cualquier otro compromiso de confidencialidad; o 3. haya sido obtenida por la otra Parte que la divulgue, de una tercera Parte, en circunstancias en las cuales no tenga razones para creer que haya ocurrido violación de la obligación de confidencialidad; o 4. haya sido desarrollada, de modo independiente, por la Parte que la divulgue; o 5. sea revelada en conformidad con alguna ley, reglamento u orden de cualquier autoridad judicial competente, y que la Parte que haya sido requerida para hacer la divulgación haya informado a la otra Parte, a quien pertenece la información, dentro de un plazo razonable, después de haber recibido la solicitud para esa revelación y cuál es la información solicitada; o 6. sea aprobada para divulgación, por escrito, por un representante autorizado de la Parte a quien pertenezca.   8.3 En la aplicación de este Acuerdo de Cooperación, ambas partes deberán observar la legislación y los reglamentos de sus respectivos países. |
| CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA 9.1 Este Acordo de Cooperação vigorará a partir da data de sua assinatura, por um período de **cinco anos**.  9.2 Findo o prazo, o Acordo de Cooperação poderá ser reeditado, com a concordância de ambas as instituições, mediante o estabelecimento de um novo Acordo de Cooperação ou um Convênio específico. | CLÁUSULA NONA - VIGENCIA9.1 Este Acuerdo de Cooperación vigorará a partir de la fecha de su firma, por un período de cinco años. 9.2 Una vez terminado el plazo, el Acuerdo de Cooperación podrá ser reeditado, con la concordancia de ambas instituciones, mediante el establecimiento de un nuevo Acuerdo de Cooperación o un Convenio específico. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA – TERMO ADITIVO**  Quaisquer modificações nos termos deste Acordo de Cooperação deverão ser efetuadas por meio de Termo Aditivo, devidamente acordado entre as partes signatárias. | **CLÁUSULA DÉCIMA – ENMIENDA**  Cualquier modificación en los términos de este Acuerdo de Cooperación, deberá efectuarse por medio de una Enmienda, debidamente acordada entre las partes signatarias. |
| **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COORDENAÇÃO**  11. Para constituir a coordenação acadêmica do presente Acordo são indicados os seguintes nomes:  i. pela FAUUSP, ......................(nome completo do coordenador pela Unidade da USP e email) e o Escritório Internacional da FAUUSP (ccintfau@usp.br /mobilidadefau@usp.br) como suporte técnico e administrativo.  ii. pelo(a) .............................................. (nome completo e oficial da INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA), ................................ (nome completo do(a) coordenador(a) pela parte estrangeira). | **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERA - COORDINACIÓN**  Para constituir la coordinación del presente Acuerdo son indicados:  i. por la FAUUSP, ......................................… (nombre completo del coordenador pela Escuela de la USP) y la Oficina Internacional de la FAUUSP (ccintfau@usp.br /mobilidadefau@usp.br) como apoyo técnico y administrativo, y  ii por la .......... (nombre completo y oficial de la INSTITUCIÓN EXTRANJERA) ...................., .........................… (nombre completo del coordenador pela institución extranjera). |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DENÚNCIA 12.1 O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.  12.2 Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Acordo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis. | **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DENUNCIA**  12.1 El presente Acuerdo podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las partes, mediante comunicación expresa, con antecedencia mínima de 180 (ciento ochenta) días.  12.2 En caso que haya pendencias, las partes definirán, mediante Término de Cierre del Acuerdo, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los programas de trabajo involucrados, respetándose las actividades en curso, las cuales serán cumplidas antes de llevar a cabo el cierre, así como cualquier otra responsabilidad u obligación pertinente. |
| CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIASPara dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenentes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador. | **CLÁUSULA DÉCIMA TERCERA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS**  Para dirimir dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente acuerdo, las partes realizarán sus mayores esfuerzos en la búsqueda de una solución consensual. No siendo posible, indicarán, de común acuerdo, a un tercero, persona física, para actuar como mediador. |
| E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em duas vias em formato bilingue, em inglês e em português , de igual teor e para um só efeito. | Y habiendo así acordado y pactado, las partes suscriben el presente Memorándum de Entendimiento en dos (2) ejemplares idénticos en formato bilingüe, en español y portugués, a un mismo efecto. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **faculdade de arquitetura e urbanismo DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** |  | **(nombre oficial y completo de la InstituCIÓN eXtranJEra)** |
|  |  |  |
| **Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira**  **Director FAUUSP**  Por delegación de competencia, de conformidad con la Portaria USP GR 6580/2014  Data: |  | ............ (nombre completo del (de la) Rector(a)/Presidente/Vice-Canciller de la parte extranjera)....…. (Rector(a)/Presidente(a)/Vice-Canciller) Date: |